

# EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE NO SÉCULO XXI

Marcos Antonio de Oliveira<sup>1</sup>  
Francisco das Chagas Silva Souza<sup>2</sup>  
Veroneide Maria de Oliveira<sup>3</sup>

## RESUMO

A expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nas primeiras décadas deste século, levou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) a ampliar de 2 para 22 o seu número de *campi* distribuídos em todas as microrregiões do Estado. Nosso objetivo, neste trabalho, é discutir a nova espacialização dos *campi* do IFRN e analisar os impactos trazidos por essa política de interiorização do ensino profissional em vários níveis, desde os de formação inicial ao superior e pós-graduação. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com análise de documentos institucionais, tais como: o Projeto Político-Pedagógico, o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Relatórios de Gestão. Também foram usados depoimentos de alunos contemplados pela política de expansão, cujos relatos se encontram no Portal do IFRN. A pesquisa revelou a relevância da política de expansão da EPT para a democratização e inclusão social no Rio Grande do Norte, ao permitir a realização de projetos pessoais que dificilmente seriam alcançados sem a instalação de um *campus* do IFRN.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Instituto Federais; inclusão social.

## EXPANSION AND INTERNALIZATION OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RIO GRANDE DO NORTE IN THE 21ST CENTURY

## ABSTRACT

The expansion and internalization of Professional and Technological Education (EPT) in the early decades of this century made the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) expand from 2 to 22 its number of campuses distributed around all of the micro-regions of the State. The objective of this work is to discuss the new spatialization of the IFRN campuses and analyze the impacts brought by this policy of internalization of professional education in many levels, from initial training to superior and post-graduation. It is a qualitative research, with institutional documents analysis, such as: the Political-Pedagogical Project, the Institutional Development Plan and the Management Reports. It was also used statements of students covered by the expansion policy, in which the reports are found in the Portal in the site of the IFRN. The research showed the relevance of the expansion policy of the EPT for the democratization and social inclusion in the Rio Grande do Norte, by allowing the execution of personal projects that would hardly be achieved without the installation of an IFRN campus.

**Keywords:** Professional and Technological Education; Federal Institutes; social inclusion.

Submetido em: 12/8/2022

Aceito em: 23/10/2022

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal/RN, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-3591-6401>

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal/RN, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-9721-9812>

<sup>3</sup> Secretaria de Educação do Município de Macaíba/RN, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0002-6757-3159>

## INTRODUÇÃO

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a consequente interiorização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) têm promovido diversos impactos positivos, de cunho educacional, socioeconômico, político e espacial.

Além da ampliação do número de vagas na EPT e no ensino superior, a política de expansão e interiorização da EPT tem beneficiado as populações de pequenos e médios municípios que, durante anos, estiveram à margem do processo educacional, especialmente no que tange às ofertas de cursos de formação profissional de nível médio e superiores de tecnologia e licenciaturas.

A ausência dessas ofertas se constituía em fator limitante para ascensão socioeconômica e intelectual das populações menos favorecidas economicamente, mormente pelo fato de que não tinham disponibilidade financeira para custeio do deslocamento e manutenção de seus filhos nos grandes centros urbanos nos quais se encontravam as unidades de ensino que posteriormente se tornariam parte integrante da RFEPCT.

Dada a dimensão do escopo dessa política de expansão e interiorização da EPT, o presente trabalho tem por objetivo analisar a espacialização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), parte integrante da RFEPCT e seus efeitos nas vidas dos potiguares beneficiados por essa política pública.

A escolha pelo IFRN como recorte de pesquisa se deve ao fato de este ser uma instituição das mais representativas, dentre as que compõem a RFEPCT, no que se refere à celeridade do processo, implantação e implementação da política. A relevância desta pesquisa se dá pela necessidade de compreender os significados da interiorização da EPT no Brasil, a partir do IFRN, principalmente, para as populações menos assistidas dos municípios que sediam os *campi* dessa instituição, bem como daqueles que se localizam nas respectivas áreas de influência dos municípios-sede.

Nessa pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou-se a análise documental. Investigou-se documentos disponíveis nos *sites* do Ministério da Educação (MEC) e do IFRN, tais como: Projeto Político-Pedagógico (PPP), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Relatórios de Gestão. Além disso, buscou-se, também, por depoimentos de alunos e ex-alunos contemplados pela política de interiorização do IFRN nas diversas microrregiões do estado, disponíveis no portal desta Instituição.

Dessa forma, a primeira parte deste artigo traz uma breve contextualização do processo de evolução da EPT no país e o cenário de mudanças no âmbito do IFRN, desde sua criação em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, até tornar-se Instituto Federal, integrar-se à RFEPCT e concretizar o processo de interiorização no Rio Grande do Norte. Também são citados alguns depoimentos, constantes no Portal do IFRN, de pessoas que diretamente foram beneficiadas com esse processo de interiorização. Por fim, são apresentadas as considerações sobre os impactos dessa política no território potiguar.

## O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO

## DO IFRN E SUAS SIGNIFICAÇÕES SOCIAIS

O IFRN é uma instituição secular, cujo marco inaugural coincide com a implantação de uma Rede Federal de instituições voltadas à educação profissional no país, em 1909, quando o presidente da República Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices. Fernandes (2017) explica que seriam implantadas 20 escolas, uma em cada capital brasileira, mas, na fase de implementação, duas capitais não foram contempladas – Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (haja vista a existência, nesta capital, do Instituto Parobé), e Niterói, capital do Rio de Janeiro, substituída pelo município de Campos, terra natal do presidente Nilo Peçanha. Essas escolas, conforme indica a ementa do Decreto, passaram a ofertar o “ensino profissional primário e gratuito” (Brasil, 1909).

No que tange ao Rio Grande do Norte, Fonseca (1961) comenta, em sua obra clássica, os poucos incentivos para o ensino profissional. Cita uma ação realizada ainda no Império, quando foi criada, em 9 de agosto de 1858, a Casa de Educação de Artífices, solicitação feita pelo Presidente da Província, Dr. Antonio Marcelino Nunes Gonçalves para atender aos “órfãos desvalidos”, onde “a par da educação moral e religiosa se ensinasse os ofícios de serralheiro, alfaiate, sapateiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro e canteiro”. O currículo escolar seria completado com o “ensino de primeiras letras, geometria e mecânica aplicada, desenho de figura e escultura, música e desenho linear e topográfico” (Fonseca, 1961, p. 79).

Segundo o autor em tela, essa instituição não existiu por muito tempo por falta de condições de instalação, de professores capacitados e de outros fatores. Salienta ainda que o Rio Grande do Norte era muito atrasado em termos de indústria no início da República. Assim, “durante o Império não apareceu nenhuma outra escola de ofícios, além do Colégio d’Educandos Artífices. Mesmo no começo do regime republicano não se registrou nenhuma iniciativa naquele sentido, por parte dos governos estaduais” (Fonseca, 1961, p. 81).

A partir de 1942, essas instituições escolares passaram por várias mudanças no tocante à denominação, à estrutura administrativa, às organizações curricular e pedagógica e, especialmente, aos tipos de ofertas educacionais. Naquele ano, o Presidente Getúlio Vargas editou o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que “estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial”, criando as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Industriais Federais, sucedâneas das Escolas de Aprendizes Artífices (Brasil, 1942). Por força deste decreto-lei, foi instituída a Escola Industrial de Natal, compondo o rol das 13 escolas industriais federais que, juntamente às 11 Escolas Técnicas Federais, formavam a rede federal de ensino industrial. A partir daí, os alunos formados nos cursos técnicos poderiam ingressar no ensino superior, em área equivalente à da sua formação (Machado, 1982 *apud* Brasil, 2010).

Em 1959, com a publicação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro, as Escolas Industriais vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) foram dotadas de personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira.

Naquele mesmo ano, conforme Fernandes (2017), a Escola Industrial de Natal passou a ser denominada Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte.

Por força da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965, que alterou a denominação e qualificação das Universidade e Escolas Técnicas vinculadas ao MEC, a Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte passou a ser denominada Escola Técnica Industrial Federal do Rio Grande do Norte (BRASIL, 1965). Com a publicação do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que estabeleceu as diretrizes para a Reforma Administrativa, o MEC alterou, em 1968, a denominação da Instituição para Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN).

Em decorrência da Reforma Universitária, instituída pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e, considerando a necessidade de vagas no ensino superior, principalmente, em engenharia industrial e cursos superiores de tecnologia, foi publicada a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que transformou as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca (Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). (BRASIL, 1978)

Em 1994, foi publicada a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transformou as Escolas Técnicas Federais (ETF) em Cefet, nos termos da Lei nº 6.545/1978 e suas alterações (Brasil, 1994). Ressalta-se que, além das três ETF transformadas em Cefet, em 1978, outras duas, a Escola Técnica Federal do Maranhão e a Escola Técnica Federal da Bahia, já haviam sido transformadas em Cefet, respectivamente nos anos de 1989 e 1993.

Entretanto, a regulamentação da Lei nº 8.948/1994 somente ocorreu com a promulgação do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, condicionando a implantação de cada Cefet a decreto específico, mediante aprovação do projeto institucional pelo MEC (Brasil, 1997a). De acordo com Fernandes (2017), após essa regulamentação, as primeiras ETF transformadas em Cefet, foram: Campos-RJ, Pará, Pelotas-RS, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo. Desse modo, a ETFRN foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN).

Antes desse período, a maioria das escolas técnicas situava-se nas capitais dos estados. No Rio Grande do Norte, a centralidade da oferta de EPT na capital fora rompida 85 anos depois do início do ensino técnico nesse estado, quando, em 29 de dezembro de 1994, foi inaugurada a primeira Unidade de Ensino Descentralizado (Uned), localizada em Mossoró, segundo maior município do estado. (GOMES, 2018)

Queiróz e Souza (2017), ao estudarem a instalação da Uned Mossoró, associam-na à execução I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para os anos de 1986 a 1989, criado pelo então presidente José Sarney. Dentre as ações desse plano, no que tange à educação, o ensino técnico ganhou destaque especial mediante o lançamento do Programa de Expansão e Melhoria de Ensino Técnico (PROTEC), que previa a implantação de 200 escolas técnicas industriais e agrotécnicas no país, “dando prioridade às cidades dos interiores dos estados brasileiros, para atender às necessidades do processo de industrialização e possibilitar a formação de profissionais qualificados para o campo, norteados pela política de modernização e justiça social” (Queiróz ; Souza, 2017, p. 126).

Em 2005, antes de iniciar a expansão da EPT, havia 144 unidades com atuação nessa modalidade no país, dentre elas os Cefet e suas Uned, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), criada naquele mesmo ano a partir do Cefet-PR, os *campi* da UTFPR, as ETF e suas Uned, as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades (ETV) e o Colégio Pedro II (CPII), no Rio de Janeiro (Pacheco, 2011).

Porém, a partir do final de 2005, de fato, a expansão e descentralização da EPT passou a se configurar como uma realidade alcançável por meio da publicação da Lei nº 11.195, de 18 de novembro. O artigo 1º do parágrafo 5º dessa Lei estabeleceu que “a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais” (Brasil, 2005).

Também em 2005, o governo federal lançou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional que visava a ampliação do número de instituições de EPT em todo território brasileiro. O plano visava contribuir para a superação das desigualdades regionais, e viabilizar as condições de acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como estratégia para o alcance da melhoria das condições de vida da população.

O plano foi organizado em três fases: em princípio, a prioridade foi a construção de escolas em unidades federativas desprovidas destas instituições, como eram o caso dos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, bem como nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior (Brasil, 2018). Na fase I do plano de expansão, havia a previsão de construção de cinco ETF, quatro EAF e 33 Uned, contemplando 23 das 27 unidades da federação, das quais, três no Rio Grande do Norte, todas vinculadas ao CEFET-RN: Uned Currais Novos, Uned Ipangaçu e Uned Zona Norte de Natal (Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Do Rio Grande Do Norte, 2012).

Em 2007, teve início a fase II da expansão com a meta de criação de 150 novas unidades distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes, escolhidos pelo MEC, e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais (BRASIL, 2018). Nessa fase, o CEFET-RN foi atendido com mais seis Uned – Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz – totalizando, assim, 11 unidades, incluindo-se a Unidade Sede (Natal) e Mossoró, ambas da pré-expansão.

Nesse percurso, em 2008, com a publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que passou a ser constituída por 38 Institutos Federais (IF), o CEFET-MG, o CEFET-RJ, o Colégio Pedro II (este a partir de 2012, com a Lei nº 12.677/2012), a UTFPR e as ETV.

Os arranjos administrativos para composição dos IF, constantes do artigo 5º e seus incisos, denotam as diferentes constituições dessas novas institucionalidades, a saber: transformação de ETF; integração de Cefet e EAF; integração de Cefet com mais de uma EAF; integração de EAF; transformação de Cefet; integração de mais de um Cefet e EAF; integração de ETF e EAF; transformação de ETV; integração de Cefet, ETF

e EAF. Ressalta-se que todas as EAF passaram a integrar os IF, bem como 8 das 32 ETV; as 24 ETV restantes, localizadas em 11 estados, continuam vinculadas às respectivas universidades federais, mas também compõem a RFEPCT.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, os IF são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de EPT nas diferentes modalidades de ensino, sendo equiparados às universidades federais, e detentores de autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial (Brasil, 2008a).

Conforme a Lei supracitada, dentre as finalidades dos IF, destacam-se:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino [...] (Brasil, 2008, [não paginado]).

A RFEPCT configura-se como uma política pública educacional que não se limita a ampliar os números de escolas de EPT, mas propicia a descentralização e a interiorização da oferta de ensino, como cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – destinados ao aperfeiçoamento de trabalhadores –, cursos técnicos de nível médio nas formas integrada, concomitante e subsequente (esta última destinada àqueles que já concluíram o ensino médio); cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas; e cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Todas essas possibilidades de formação tornaram-se realidades para a população de centenas de municípios de pequeno e médio portes que, até então, não dispunham desses níveis, modalidades e formas de ensino. A ausência dessas ofertas formativas configurava-se como barreiras ao acesso à formação da maioria das pessoas desses municípios, visto que a maior parte delas não dispunha de condições logísticas e financeiras para se deslocar aos centros urbanos com maiores oportunidades de ingresso em instituições de EPT e/ou ensino superior.



Resultante da criação da RFEPC, pela Lei nº 11.892, de 2008, o CEFET-RN passou a ser denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a mais recente dentre as várias institucionalidades vivenciadas, desde a criação da Escola de Aprendizes Artífices, em 1909. Nessa nova configuração administrativa, as Uned passaram a ser denominadas *campi*, semelhantes às universidades.

Ainda durante a fase II da expansão, em 2010, o IFRN ampliou sua rede com a inclusão de 4 novos *campi*: Natal-Cidade Alta, Nova Cruz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, estes dois últimos situados na Região Metropolitana de Natal. No mesmo ano, por deliberação do Conselho Superior da Instituição (Consup), foi criada, mediante Resolução nº 15/2010-Consup, de 29 de outubro, a unidade de ensino denominada *Campus de Educação a Distância* (Instituto Federal De Educação , Ciência e Tecnologia Do Rio Grande Do Norte , 2012).

A fase III da expansão iniciou-se em 2011 com a meta de criação de 208 unidades até 2014. Nessa etapa da expansão, o IFRN foi contemplado com mais 5 unidades, sendo 3 *campi* (Canguaretama, Ceará-Mirim e São Paulo do Potengi) e 2 *campi* avançados (Lajes e Parelhas). Finalmente, na expansão 2017/2018, o IFRN foi contemplado com mais dois *campi* avançados – Jucurutu e Natal-Zona Leste – sendo este último sucedâneo do *Campus de Educação a Distância* que, embora tivesse essa denominação, sua efetivação como *campus* avançado se daria somente em 28 de dezembro de 2018, por força da Portaria MEC nº 1.438. (BRASIL, 2018).

Assim, atualmente, a estrutura organizacional do IFRN é formada por 23 unidades, sendo uma sede administrativa, a Reitoria, localizada em Natal, capital do estado, quatro *campi* avançados e 18 *campi*. A Figura 1 apresenta a distribuição espacial das unidades acadêmicas no território norte-rio-grandense.

Figura 1 – Distribuição geográfica dos campi do IFRN



Fonte: Elaborado pela Assessoria de Comunicação Social e Eventos do IFRN, cedido em 2022.

Dados de 2021 revelam que as unidades acadêmicas situadas na Região Metropolitana de Natal ofertaram 21.766 das 44.062 matrículas equivalentes do IFRN, equivalente a 49,4% da oferta (Plataforma Nilo Peçanha, 2022). De acordo com a estimativa populacional feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) para o ano de 2021, a soma da população dos municípios sede dessas unidades totaliza 1.348.385 habitantes, correspondente a 37,9% do contingente populacional do Rio Grande do Norte.

O *Campus* Avançado Natal-Zona Leste conta com 51 polos presenciais distribuídos em vários estados da federação. Esses polos de apoio presencial são espaços físicos para o desenvolvimento de atividades presenciais, práticas laboratoriais, realização de atividades avaliativas, bem como acompanhamento e orientação dos estudantes. Há polos presenciais nos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Destaca-se, ainda, que a maioria desses estão situados em municípios interioranos (Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Do Rio Grande Do Norte, 2022).

No Rio Grande do Norte, a política de implantação, expansão e interiorização da EPT objetivou o desenvolvimento das potencialidades locais, visando aliar as ofertas educacionais à investigação e geração de soluções para as demandas locais e regionais, identificando suas potencialidades socioeconômicas e culturais, contribuindo para o fortalecimento dos arranjos produtivos. No Quadro 1, apresenta-se a localização dos *campi* do IFRN e os respectivos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APL).

**Quadro 1** – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Norte em sintonia com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais

Mesorregião	Microrregião	<i>Campus/ Campus Avançado</i>	Arranjos produtivos, sociais e culturais locais
Agreste Potiguar	Baixa Verde	João Câmara	Cajucultura e beneficiamento de castanha de caju; e Ovinocaprinocultura
	Borborema Potiguar	Santa Cruz	Avicultura, Confeções; e Ovinocaprinocultura
	Agreste Potiguar	Nova Cruz	Bovinocultura de corte
		São Paulo do Potengi	Bovinocultura de leite
	Angicos	Lajes	Ovinocaprinocultura; Bovinocultura de leite; e artesanato em palhas e fibras
Central Potiguar	Seridó Ocidental	Caicó	Confeções/têxtil, rendas e bordados; Tecelagem; Bovinocultura de leite; Laticínios; e Turismo rural
	Seridó Oriental	Currais Novos	Polpas e sucos de frutas; e Água de coco; Confeções/têxtil, tecelagem, rendas e bordados; Bovinocultura de leite e laticínios; Piscicultura e pesca; Mineração; e Turismo rural
		Parelhas	Bovinocultura de leite; Cerâmica estrutural e telha cerâmica; Piscicultura e pesca; Artesanato em rendas e bordados; Mineração; e Turismo rural
	Macau	Macau	Sal marinho; Aquicultura na região costeira; Cadeia produtiva do petróleo, gás e energia; e Pesca e Carcinicultura



<b>Leste Potiguar</b>	Natal	Natal-Central	Água mineral; Movelaria; Panificação; Polpas e sucos de frutas; Água de coco; Aquicultura na região costeira; Bovinocultura de leite; Petróleo, gás e energia; Confeccões têxteis; Flores e plantas ornamentais
		Natal-Cidade Alta	Turismo e hospitalidade; e Cultura
		Natal-Zona Norte	Água mineral; Movelaria; Panificação; Polpas e sucos de frutas; Água de coco; Aquicultura na região costeira; Bovinocultura de leite; Petróleo, gás e energia; Confeccões têxteis; Flores e plantas ornamentais
	Região Metropolitana de Natal	Parnamirim	Água mineral; Movelaria; Panificação; Polpas e sucos de frutas; Água de coco; Aquicultura na região costeira; Bovinocultura de leite; Petróleo, gás e energia; Confeccões têxteis; Flores e plantas ornamentais
		São Gonçalo do Amarante	Bovinocultura de corte; Laticínios; Movelaria; Polpas e sucos de frutas; Água de coco; Aquicultura na região costeira
	Macaíba	Ceará-Mirim	Cerâmica estrutural; Aquicultura na região costeira; Cajucultura e beneficiamento de castanha de caju; Confeccões/têxtil, Flores e plantas ornamentais; Piscicultura e pesca; e Turismo no litoral
Litoral Sul	Canguaretama	Aquicultura na região costeira; Carcinicultura; e Turismo no litoral	
<b>Oeste Potiguar</b>	Chapada do Apodi	Apodi	Apicultura; Cerâmica estrutural do Apodi-Assu; Ovinocaprino cultura; Laticínios; Bovinocultura de leite, Cajucultura e beneficiamento de castanha de caju; Fruticultura; Piscicultura e pesca; e Turismo rural
	Vale do Açu	Ipanguaçu	Apicultura; Bovinocultura de leite; Agricultura; Pecuária; Cerâmica estrutural; e Fruticultura
	Mossoró	Mossoró	Apicultura; Aquicultura; Cajucultura e beneficiamento de castanha de caju; Fruticultura; Ovinocaprino cultura; Petróleo, gás e energia; Polpas e sucos de frutas; Água de coco; e Turismo rural
	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	Apicultura; Bovinocultura de leite; e Ovinocaprino cultura
		Natal-Zona Leste	Áreas diversificadas

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional IFRN 2019-2026 (2019, p. 28-29).

Os *campi* exercem forte influência em suas microrregiões, mesmo aqueles que estão localizados em municípios de pequeno porte (Ipanguaçu, Jucurutu, Lajes, Parelhas e São Paulo do Potengi), com população inferior a 25.000 habitantes, conforme estimativa do IBGE para o ano de 2021. Os municípios de Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, João Câmara, Macau, Nova Cruz, Pau dos Ferros e Santa Cruz são de médio porte – população estimada variando de 25.000 a 100.000 habitantes – enquanto São Gonçalo do Amarante, Parnamirim, Mossoró e Natal são de grande

porte – com populações estimadas em 104.919, 272.490, 303.792 e 896.708 habitantes, respectivamente (IBGE, 2022).

Os *campi* do IFRN possuem grande área de abrangência. À guisa de exemplo destaca-se o município de Pau dos Ferros, com população estimada, em 2021, de 30.802 habitantes, mas que seu *campus* chega a atender estudantes de até 35 municípios, em um raio de 80 km; juntos, esses municípios somam 297.165 habitantes, com contingentes populacionais que variam de 1.731 habitantes (Viçosa-RN) a 34.592 habitantes (Jaguaribe-CE) (IBGE, 2022).

Ressalta-se, ainda, que a expansão do IFRN também foi responsável pela promoção de novas dinâmicas socioespaciais nos municípios, uma vez que a construção dos *campi* demandou infraestrutura, quer seja suporte de pessoal para a construção, quer seja para o desenvolvimento das atividades-fim da instituição, de mobilidade de estudantes, professores, técnico-administrativos e empregados terceirizados. A chegada desses profissionais e estudantes de municípios do entorno de cada *campus* tem produzido mudanças significativas nos setores comercial e imobiliário.

Para compreender esse processo de democratização da EPT no Rio Grande do Norte, apresenta-se a seguir dados referentes a matrículas, expressos em documentos oficiais do IFRN, que mostram o aumento gradativo do número de estudantes matriculados na Instituição, à medida que novos *campi* e cursos foram sendo implantados durante as fases da expansão.

O Relatório de gestão 2005 aponta que, naquele ano, antes do início da fase I da Expansão da RFEPCT, o número total de matrículas nos diversos níveis/modalidades de ensino do CEFET-RN totalizava 6.784 matrículas, incluindo-se as 1.893 matrículas nos diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados na Unidade Sede (Used) Natal e na Uned/Mossoró. Naquele ano, somente a Used, atual *Campus* Natal-Central (Cnat), oferecia cursos no nível ensino superior.

Tabela 1 - Evolução da Matrícula do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, de 2005 a 2021

Níveis de Ensino/Fases	Fases											
	2005	Fase I		Fase II		Fase III		Fase 2013/2014		Fase 2017/2018		
Anos	2006	2008	2009	2011	2013	2015	2017	2018	2019	2020	2021	
Formação Inicial e Continuada	1.893	591	7.842	9.851	9.055	8.091	6.299	18.385	11.776	11.219	10.166	8.214
Ensino Médio	981	366	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Médio Integrado	619	987	3.463	4.633	5.208	7.560	11.722	14.751	13.986	14.363	13.941	15.210
PROEJA/Técnico	0	389	508	1.287	1.618	1.265	1.142	843	649	478	547	684
Cursos Técnicos Subsequentes	2.016	1.560	2.067	3.687	4.553	6.115	8.280	12.232	7.040	6.878	6.536	7.416
Licenciaturas	126	278	404	796	1.434	2.132	2.080	3.982	2.713	2.764	2.776	3.197
Cursos Superiores de Tecnologia	1.149	1.244	1.410	1.334	1.297	1.896	2.595	5.665	4.094	4.070	4.162	4.537
Bacharelados/Engenharias	0	0	0	0	0	0	0	71	64	89	280	471
Especialização/Aperfeiçoamento	0	171	392	1.101	286	1.347	308	4.333	3.272	3.688	3.957	3.638
Mestrados Acadêmicos	0	0	0	0	0	0	82	182	297	380	380	360
Mestrados Profissionais	0	0	0	0	0	0	70	177	211	242	189	270
Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70	71	85
<b>Soma sem FIC</b>	<b>4.891</b>	<b>4.995</b>	<b>8.244</b>	<b>12.838</b>	<b>14.396</b>	<b>20.315</b>	<b>26.279</b>	<b>42.236</b>	<b>32.326</b>	<b>33.022</b>	<b>32.839</b>	<b>35.868</b>
<b>Soma Total</b>	<b>6.784</b>	<b>5.586</b>	<b>16.086</b>	<b>22.689</b>	<b>23.451</b>	<b>28.406</b>	<b>32.578</b>	<b>60.621</b>	<b>44.102</b>	<b>44.241</b>	<b>43.005</b>	<b>44.082</b>
<b>Matrículas-Equivalentes</b>								<b>52.468,84</b>	<b>39.733,79</b>	<b>40.371,18</b>	<b>40.227,55</b>	<b>39.516,83</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos Relatórios de Gestão do Cefet-RN (2005, 2006, 2007); Relatórios de Gestão do IFRN (2008, 2009, 2011, 2013, 2015); Plataforma Nilo Peçanha (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

Com a implantação das Uned Currais Novos, Ipanguaçu e Zona Norte, em 2006, o número de matrículas teve um crescimento discreto, de apenas 104 novos estudantes; quando se incluem os do nível FIC, verifica-se um decréscimo 1.198 matrículas,

considerando a redução substancial das matrículas nesse nível. As ofertas em cursos FIC dependem, em sua maioria, de demandas específicas no mundo do trabalho, o que explica variações consideráveis, inclusive, nos demais anos, conforme mostra a Tabela 1. Ademais, é importante registrar que as ofertas das três novas Uned tiveram início somente no segundo semestre de 2006.

Os dados relativos a 2008 revelam situações que se coadunam com o processo de expansão da EPT no âmbito institucional. A primeira desta mostra a finalização das matrículas remanescentes do Ensino Médio. Nesse sentido, vale destacar que, no período de 1998 a 2004, por força do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, as instituições federais de EPT, dentre as quais o CEFET-RN, foram impedidas de ofertar cursos de Ensino Técnico de Nível Médio com articulação entre as disciplinas de formação geral e profissional, rompendo uma tradição existente há décadas (Brasil, 1997b). Essa situação somente foi restabelecida a partir do ano letivo 2005, com a publicação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que revogou o decreto sancionador referido (Brasil, 2004). Portanto, com a criação da forma Integrada, foi retomada a possibilidade de articulação entre a formação geral e a profissional mediante o chamado Ensino Médio Integrado (EMI).

A segunda observação que emerge pela análise dos dados 2008 diz respeito ao crescimento das matrículas no EMI, que passou de 619, em 2005, para 3.463, em 2008, representando um crescimento de 459,5%; nos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA/Técnico), aumentou de 389, em 2006, ano de sua implantação, para 508, em 2008, equivalente a 30,66%; e os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, destinados às pessoas que já concluíram o ensino médio e buscam uma formação técnica de nível médio, passou de 2.016, em 2005, para 2.067, em 2008, um crescimento de 2,5% que, apesar de discreto, é bastante significativo, pois denota que, a ampliação das ofertas de EMI não implicou na redução das ofertas de cursos técnicos subsequentes.

Em 2009, com a implantação dos *campi* Apodi, Caicó, João Câmara, Macau, Pau dos Ferros e Santa Cruz (criados na fase II), ocorreram novos incrementos nas ofertas de vagas em relação ao ano de 2008. Os principais destaques são os crescimentos das matrículas nos cursos de especialização/aperfeiçoamento (180,9%), cursos do Proeja/Técnico (153,3%), cursos superiores de licenciatura (97,0%), técnicos subsequentes (78,4%) e EMI (33,8%); os cursos superiores de tecnologia tiveram pequena redução, de 1.410 para 1334 matrículas, equivalente a 5,4%.

Em 2010, mais três *campi* da fase II iniciam suas atividades: Natal-Cidade Alta, Nova Cruz e Parnamirim. Assim, em 2011, quando se inicia a fase III, o *Campus* São Gonçalo do Amarante também deu início às atividades letivas. Nesse ano, impulsionada por essas quatro novas unidades acadêmicas, as matrículas registram novos incrementos. No comparativo entre a fase II (2009) e a fase III (2011), observa-se que as licenciaturas atingem 1.434 matrículas, equivalente a 80,2%, o Proeja/Técnico chega a 1.618 matrículas, maior valor absoluto registrado na série histórica de 2005 a 2021 (conforme a Tabela 1), equivalente a 25,7%, os CTS com 4.553, corresponde 23,5%, e o EMI atinge 5.208 matrículas, crescimento de 12,4%. Naquele ano, houve decréscimos

de matrículas nos cursos superiores de tecnologia e nos de especialização/aperfeiçoamento, equivalentes a 2,8% e 74,0%, respectivamente.

Com o início das atividades letivas dos *campi* Ceará-Mirim, São Paulo do Potengi e dos *campi* avançados Lajes e Parelhas, em 2014, o IFRN passou a ter 20 *campi*; a partir de 2012 as matrículas da unidade de Educação a Distância, antes registradas como matrículas do Cnat, passaram a ter a ser registradas no *Campus* EaD. Na comparação das matrículas do início da fase III (2011) com as do final da fase 2013/2014 (2015), observa-se resultados bastante significativos. O EMI atingiu 11.722 matrículas, equivalente ao crescimento de 125,1%; os cursos superiores de tecnologia atingiram 2.595 matrículas, correspondente ao incremento de 100,1%. Com 8.280 matrículas, estes últimos alcançaram um aumento de 81,9%, e as licenciaturas, com 2.080 matrículas, cresceram 45,0%. Por outro lado, o Proeja/Técnico reduziu suas matrículas para 1.142, equivalente ao decréscimo de 29,4%. Destaca-se, ainda, que, apesar de a oferta da pós-graduação *stricto sensu* ter iniciado em 2013, os números de matrículas só são apresentados a partir do Relatório de Gestão de 2015.

A fase 2017/2018 da expansão registra dois fatos importantes para o IFRN – a criação do *Campus* Avançado Natal-Zona Leste (2018), resultante da transformação do *Campus* EaD, e a criação do *Campus* Avançado Jucurutu – cujas ofertas se iniciaram em 2021, conforme mostra a Tabela 1. Na comparação entre os anos 2017 e 2015, encontram-se, em geral, os melhores resultados da série histórica. Os cursos de especialização/aperfeiçoamento atingiram 4.333 matrículas (um crescimento de 1.306,8%), os cursos superiores de tecnologia alcançaram 5.665 matrículas (118,3%), as licenciaturas alcançaram 3.982 matrículas (91,4%), os cursos subsequentes chegaram a 12.232 matrículas (47,7%), e o EMI atingiu 14.751 matrículas (25,8%). As matrículas do Proeja/Técnico foram reduzidas a 843, uma queda de 26,2% em relação ao período anterior. Os mestrados acadêmicos e os profissionais atingiram 182 (125,0%) e 177 (152,8%), respectivamente. Destaca-se que nesse ano o IFRN registrou suas primeiras 71 vagas em cursos de engenharia. Por fim, ressalta-se que, em 2017, o IFRN alcançou os maiores quantitativos de matrículas absolutas nos cursos técnicos, licenciaturas, cursos superiores de tecnologia e cursos de especialização/aperfeiçoamento da série histórica referida; neste ano, a instituição atingiu os maiores quantitativos de matrículas, sendo 60.621 matrículas totais, que incluem os cursos FIC, e 52.468,84 matrículas equivalentes, conceito estabelecido na Portaria MEC nº 1.162, de 9 novembro de 2018, que se refere à ponderação do número de matrículas na EPT considerando o fator de ponderação carga horária do curso e o fator de esforço de curso.

A ampliação da quantidade de matrículas, expressa na Tabela 1, significa mais oportunidades de acesso para a população potiguar a “[...] um ensino público, gratuito, democrático e de excelência”, como define Pacheco (2011, p. 15). A educação ofertada nos *campi* dos IF e demais instituições da RFEPC se diferencia por ser uma educação capaz de gerar inclusão social, como ainda defende o autor, que acrescenta:

[...] esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a

incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (Pacheco, 2011, p. 20).

Na perspectiva de analisar os impactos da política de interiorização do IFRN e entender os significados expressos a partir das falas de pessoas que já se beneficiaram dessa política, empreendeu-se uma pesquisa nos *sites* dos *campi* do IFRN, embora conscientes de que depoimentos apresentados nos meios de divulgação da própria instituição pesquisada podem enfatizar os aspectos que a organização escolar considera mais relevantes. No entanto, compreende-se que os depoimentos são de ordem pessoal e que, por essa razão, representam os discursos de indivíduos que experienciaram o processo de democratização do ensino, ocasionado pela interiorização do IFRN.

De certa forma, o pensamento do autor se coaduna com o identificado nas falas das pessoas beneficiadas pelo programa de expansão e interiorização do IFRN, que se reflete nos depoimentos, todos encontrados no *site* da Instituição.

A declaração de Cinelândia Bezerra, egressa do curso FIC Corte e Costura, ofertado pelo *Campus* Pau dos Ferros corrobora com a argumentação em análise. A aluna egressa conta que sempre sonhou fazer o curso de Corte e Costura, porém as condições financeiras não lhes permitiam: *“desde pequena que eu tive esse sonho, mas nunca fiz curso particular [autofinanciado, pago], porque não tinha condições financeiras. O IFRN, além de disponibilizar [o curso] gratuitamente, nos dava auxílio-transporte, o que ajudou bastante”*. Relatou ainda que, anteriormente ao curso, trabalhava como empregada doméstica: *“o IFRN mudou completamente a minha vida [...] eu mal tenho tempo vago, porque eu estou no trabalho, costurando, e, quando chego em casa, vou costurar. É maravilhoso”* (Mulheres ..., 2019).

Outra história de inclusão, também relacionada à oferta de curso FIC, no *Campus* Currais Novos, localizado na Mesorregião Central Potiguar, é o da aluna egressa Luzia Jaqueline, que concluiu com êxito, em 2012, o curso de Processamento de Doces, oferta realizada no âmbito do Programa Nacional Mulheres Mil<sup>4</sup>. Depois desse curso ganhou impulso para continuar seu processo formativo, realizando, ainda, o curso FIC de Horticultora e o curso técnico subsequente em Alimentos, em 2014. Atualmente, é discente do curso superior de licenciatura em Química, naquele *Campus*.

Em seu depoimento a aluna afirma: *“meu sonho hoje é ser professora! Depois do Mulheres Mil foi que resolvi continuar meus estudos. A pensar em uma faculdade, em aumentar o meu grau de estudo, de escolaridade.”* Ela ainda destaca as mudanças significativas para sua vida, advindas das oportunidades oferecidas pelo IFRN:

<sup>4</sup> Conforme o Portal do MEC (Brasil, 2018b), o Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído nacionalmente em 2011 por uma iniciativa piloto de mesmo nome, criada em 2007 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.



*estou mais empenhada a estudar. Estou gostando cada vez mais. O IFRN tem vários professores bons, eles incentivam bastante os alunos. Não só para o estudo, mas para a vida. [...] Dentro do IFRN você tem vários apoios, não só na parte do estudo, mas também tem algumas bolsas que os alunos ganham para iniciar a sua profissão. O IFRN é muito bom. (Mulheres ..., 2019).*

A experiência vivenciada por Luzia Jaqueline mostra a viabilidade do modelo de verticalização do ensino, um dos objetivos da Instituição enquanto integrante da RFEPCT, quando a EPT se configura como caminho para o acesso à educação superior, diferentemente do que ocorria à época do seu surgimento, em 1909, quando se limitava à formação primária.

Demonstração da verticalização do ensino também pode ser ilustrada no depoimento da estudante Flávia de Souza Rodrigues, que concluiu o curso Técnico Integrado em Edificações no *Campus São Paulo do Potengi* e, logo, em seguida, foi aprovada para o Curso Superior de Engenharia Civil, ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). No depoimento, a aluna egressa fala sobre sua vivência no IFRN até alcançar a sonhada aprovação no ensino superior, e destaca:

*Sou filha de dois agricultores que nem o ensino fundamental completo possuem. [...] Ingressei no IFRN! Entrei com a ideia na mente de que o IF seria o abrigo de portas. [...] Os professores do Instituto são figuras com mentes brilhantes. Quando se entra numa escola desse tipo, geralmente, ou você sai com certeza daquele curso que você já havia imaginado ou você descobre sua paixão. Quando penso no IF, só me vem a ideia de que: não é só uma escola, nunca foi só aprendizado acadêmico. O aluno que ingressa flutuando, dentro de uma bolha, no IF se reconstrói totalmente. Nós temos contato com adversidades e é isso que faz o ser humano evoluir, se adaptar. A gente sai preparado não só para uma vida acadêmica ou profissional, saímos com uma visão de vida totalmente diferente, a realidade é sempre o eixo central dos nossos aprendizados. [...] “Essa aprovação significa muito para mim! [...] pois é um grande sonho se realizando; é a possibilidade de ser a primeira graduada da família, de ter um emprego bom e dar conforto para família e é só o primeiro passo que imagino dar” (Do Curso ..., 2019).*

A história da formanda em licenciatura em Química, semestre 2015.2, Conceição Oliveira, natural de Encanto-RN, município de 5.697 habitantes (IBGE, 2022), na Mesorregião Oeste Potiguar, distante 17 km do *Campus Pau dos Ferros*. Em seu depoimento relata a felicidade de estar concluindo o curso, e de ser a primeira pessoa da família a conseguir o diploma de nível superior:

*Ansiosa estou demais. Você pensar que em poucos dias você vai estar formada, você vai estar com seu diploma, você vai ter algo para se identificar no mercado de trabalho. Nesses quatro anos, tivemos várias dificuldades e chegar no fim com todas as metas alcançadas, sem dever nada, é uma emoção, tanto pra mim quanto pra minha família e todos os meus colegas. É um sonho meu. É um sonho de meus pais. Eu sou a primeira que me formo lá em casa (Campus Pau Dos Ferros ..., 2015).*

Em relação ao *Campus Pau dos Ferros*, na mesma direção, destacam-se depoimentos de pais de alunos que não tiveram a oportunidade de estudar e que externam a alegria pela formação dos filhos, como é o caso do agricultor Ismar Pereira Alves, residente no Sítio Chapada, em Portalegre-RN, município da Mesorregião Oeste Potiguar, distante 36 km de Pau dos Ferros:

*A formatura da minha filha foi uma grande conquista alcançada, já que eu não tive a oportunidade de chegar onde ela chegou. Por isso, sinto-me muito orgulhoso por ter proporcionado a ela a realização do seu sonho. Mesmo diante de tantas dificuldades que enfrentamos durante esses quatro anos conseguimos alcançar o objetivo dela”* (Em Sessão. ..., 2019).

As histórias encontradas no portal do IFRN falam também sobre a inserção dos egressos da Instituição no mercado de Trabalho. Do *Campus Apodi*, o informe da aprovação em concurso público de três licenciados em Química formados naquele *Campus*, que foram convocados para assumirem o cargo de professor da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte, no ano de 2019. A egressa do curso, e recém convocada Belkise Moreira em seu depoimento afirma:

*O IFRN, mais precisamente o campus Apodi, foi um divisor de águas na minha vida. Mudou minha vida completamente depois que passei a ser aluna da instituição. Sai de lá com uma excelente formação acadêmica, mas acima de tudo, sai uma pessoa bem melhor. Se hoje conquistei a tão sonhada convocação no concurso, com certeza todos que fazem parte do IFRN campus Apodi contribuíram fortemente para isso. Tenho um amor enorme e um orgulho danado dessa instituição”* (Egressos ..., 2020).

O que os depoimentos apresentam em comum são histórias de pessoas que tiveram a oportunidade de concluírem cursos em diversos níveis (FIC, ensino técnico e nível superior) nos diversos *campi* do IFRN, localizados em municípios interioranos onde residem, ou em outros municípios do entorno do *campus*. Os depoimentos, em diversas situações, revelam os primeiros membros da família a conquistarem um diploma de nível superior, o que denota o fato da ausência do Estado antes da implementação da política pública e expansão e interiorização da RFEPECT. A (re)afirmação de que a educação ofertada pela Instituição não se circunscreve apenas à esfera profissional, mas uma educação pessoal, crítica e humanizada, é uma evidência do cumprimento da missão do IFRN e dos objetivos dessa política.

A amostra coletada do público para depoimento no Portal do IFRN é representativa da população estudantil, haja vista o perfil explicitado no PDI do IFRN correspondente ao período 2019-2026 (Instituto Federal De Educação , Ciência e Tecnologia Do Rio Grande Do Norte , 2019). A Tabela 2 apresenta o perfil socioeconômico dos estudantes, semelhante ao perfil dos depoentes.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos estudantes matriculados no Instituto Federal do Rio Grande do Norte de acordo com a renda per capita das famílias, de 2014 a 2018

Renda per capita das famílias (salários mínimos)	Valores anuais (%)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Até 0,5	55,17	63,82	59,73	61,69	63,10
Entre 0,5 e 1,0	26,58	22,60	24,75	23,43	21,70
Entre 1,0 e 1,5	9,27	6,83	7,61	7,92	7,90
Entre 1,5 e 2,0	3,67	3,18	3,31	2,64	2,70
Entre 2,0 e 2,5	2,34	1,22	1,40	1,18	1,50
Entre 2,5 e 3,0	0,86	0,89	0,99	0,93	0,90
Maior ou igual a 3,0	2,11	1,46	2,21	2,21	2,20

Fonte: adaptado pelos autores de PDI-IFRN, 2019-2026 (2019, p. 178).

A Tabela 2 mostra que, na série histórica de 2014 a 2018, o número de estudantes com renda familiar *per capita* de até 0,5 salários-mínimos (SM) aumentou de 55,17 para 63,10%, e que nas faixas de 0,5 a 1,0 SM, 1,0 a 1,5 SM, 1,5 a 2,0 SM e 2,0 a 2,5 SM houve uma redução discreta, com a manutenção dos valores percentuais nas duas faixas de maior renda *per capita*.

A situação descrita indica que, no período analisado, o perfil dos estudantes revela que os ingressantes, ano após ano, apresentam renda per capita menores. Os dados mostram, ainda, que mais de 55% dos estudantes da Instituição possuíam renda familiar *per capita* de até 0,5 SM, o que os classificam como de baixa renda. Considerando os estudantes com renda *per capita* de até 1,0 SM, ocorre uma ampliação de 81,75 para 84,80% de 2014 a 2018; na faixa de até 1,5 SM, a variação é de 91,02 a 92,70% no mesmo período.

Daí, pode-se constatar que, no período estudado, o perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes no IFRN indica pessoas com rendas *per capita* familiar cada vez menores, evidência do caráter inclusivo da Instituição, e a efetivação da política pública de inclusão social, haja vista que a renda familiar, no geral, é menor nos municípios do interior, especialmente aqueles que estão mais distantes da RMN e dos municípios de grande porte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interiorização do IFRN gerou impactos significativos não só nos números da educação do Rio Grande do Norte, mas também pelo alcance a pessoas que até então não tinham oportunidade de acesso a um ensino integrado, verticalizado em sua microrregião de origem. Os *Campi* do IFRN vieram oportunizar a EPT, criando e ampliando vagas da educação profissional, técnica, superior e na pós-graduação em todo o Estado, contribuindo para a inclusão social.

Além dos impactos sociais, também geraram novas dinâmicas espaciais, econômicas e políticas nas cidades e microrregiões de implantação dos *Campi*, na medida que fortaleceu a integração entre a cidade sede e as vizinhas de abrangência deles.

Sabemos que todo projeto é passível de reavaliação, sobretudo dada a necessidade de aperfeiçoamento, e no que tange à expansão e interiorização do IFRN não seria diferente. É importante avançarmos em novas pesquisas sobre essa realidade, podendo aprofundar estudos sobre os impactos territoriais e econômicos dessa expansão, e uma investigação mais detalhada sobre os arranjos produtivos e culturais de cada região no intuito de viabilizar a descoberta de novas potencialidades locais e da ampliação de novas áreas formativas.

Embora, cientes dessa necessidade de revisão, o que se conclui é da relevância dessa política para o fortalecimento e democratização da educação no Estado e para a inclusão social resultante desse processo.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos Estados da República as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965*. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Rio de Janeiro: Presidência da República, RJ, 1965. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978*. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1978. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 8.948, de 8 de dezembro 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8948-8-dezembro-1994-349799-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 1995*. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm). Acesso em: 11 ago. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997*. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2406-27-novembro-1997-400709-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1997b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm). Acesso em: 10 jul. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 10 ago. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em 11 ago. 2022.
- BRASIL. *Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepção e Diretrizes*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=-6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em 11 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional Mulheres Mil*. Brasília, DF, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- CAMPUS Pau dos Ferros realiza colação de grau de duas novas turmas de graduação. *Portal IFRN*, 20 out. 2015. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/paudosferros/noticias/campus-pau-dos-ferros-realiza-colacao-de-grau-de-duas-novas-turmas-de-graduacao>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório de Gestão 2005*. Natal, 2006. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-2005.pdf/view>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório de Gestão 2006*. Natal, 2007. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-2006.pdf/view>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório de Gestão 2007*. Natal, 2008. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-2007.pdf/view>. Acesso em: 28 jun. 2022.

DO CURSO técnico em edificações para engenharia civil. *Portal IFRN*, Natal, 1 fev. 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/estudante-de-edificacoes-do-ifrn-e-selecionada-para-o-curso-de-engenharia-civil>. Acesso em: 02 jul. 2022.

EGRESSOS de Licenciatura em Química são convocados em concurso público do RN. *Portal IFRN*. 2020. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/apodi/noticias/de-discente-a-docente-egressos-de-licenciatura-em-quimica-sao-convocados-no-concurso-publico>. Acesso em: 02 jul. 2022.

EM SESSÃO solene, Campus Pau dos Ferros forma novos professores e analistas e desenvolvedores de sistemas. *Portal IFRN*, Natal, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/paudosferros/noticias/em-sessao-solene-campus-pau-dos-ferros-forma-novos-professores-e-analistas-e-desenvolvedores-de-sistemas-1>. Acesso em: 01 jul. 2022.

FONSECA, C. S. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, 1961. V. 2.

HISTÓRICO. A história das instituições federais de educação profissional começa em 1909 com a criação das 19 Escolas de Aprendizes e Artífices. *Portal do MEC*. 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Comércio e serviços no espaço urbano regional. *Revista da casa da geografia de Sobral*, Sobral, CE, v. 20, n. 1, p. 91-103, mai. 2018. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/394/333>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. *Conexões e desconexões: em 105 anos de educação profissional no Brasil*. Natal: Editora do IFRN, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>. Acesso em: 31 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva*. Natal, RN, 2012. p. 324. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/arquivos/documento-base-do-ppp>. Acesso em: 26 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório de Gestão 2008*. Natal, 2009. Disponível em: [https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/RelatorioGestao\\_2008.pdf/view](https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/RelatorioGestao_2008.pdf/view) Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório de Gestão 2011*. Natal, 2012. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/Anexo%20a%20Resolucao%2007%20-%20Relatorio%20de%20Gestao%202009.pdf/view> Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório de Gestão 2013*. Natal, 2014. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2013-relatorio-de-gestao/view> Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório de Gestão 2015*. Natal, 2016. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2015-relatorio-de-gestao/view> Acesso em: 11 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2026*. 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/pdi-2019-2026>. Acesso em 20 jul. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Campus Avançado Natal-Zona Leste, Natal, 2022. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/polos-de-apoio/>. Acesso em: 31 jul. 2022.



MULHERES Mil: novas perspectivas, novos começos. *Portal IFRN*, Natal, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/mulheres-mil-novas-perspectivas-novos-comecos>. Acesso em 28 jun. 2020.

MULHERES mil: quando um sonho se torna realidade. *Portal IFRN*, Natal, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/paudosferros/noticias/mulheres-mil-quando-um-sonho-se-torna-realidade>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PACHECO, Eliezer (Org.). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA 2018 (ano base 2017). Brasília, DF, 2018.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA 2019 (ano base 2018). Brasília, DF, 2019.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA 2020 (ano base 2019). Brasília, DF, 2020.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA 2021 (ano base 2020). Brasília, DF, 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA 2022 (ano base 2021). Brasília, DF, 2022.

QUEIROZ, Karla da Silva; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. O ensino técnico federal brasileiro no limiar da Nova República: caminhos do PROTEC. *Holos*, Natal, ano 33, v. 3, p. 123-131. <https://doi.org/10.15628/holos.2017.5771>

**Autor correspondente:**

Marcos Antonio de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol – Natal/RN, Brasil. CEP: 59015-300

E-mail: [marcos.oliveira@ifrn.edu.br](mailto:marcos.oliveira@ifrn.edu.br)

Todo conteúdo da Revista Contexto & Educação  
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.